

Pobreza e Cidadania no Brasil:

A Ilusão da Igualdade Formal



Introdução:

A pobreza no Brasil não pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda ou como resultado de trajetórias individuais desfavoráveis. Ela constitui uma posição social historicamente produzida no interior de uma sociedade marcada por desigualdades persistentes. Embora indicadores monetários sejam fundamentais para o desenho de políticas públicas, eles não capturam plenamente a dimensão estrutural do fenômeno.

Ela expressa uma combinação de vulnerabilidade econômica, fragilidade institucional e restrição de acesso a direitos. Isso exige, portanto, uma abordagem que articule economia, política e cultura. Não se trata apenas de medir rendimentos, mas de compreender como a sociedade organiza oportunidades, distribui reconhecimento e estabelece critérios de pertencimento.

Ao longo de séculos, a sociedade brasileira estruturou-se sobre bases coloniais, escravocratas e patrimonialistas, que consolidaram um padrão persistente de hierarquização social e produziram a desigualdade como traço estrutural. No Brasil, essa desigualdade não constitui fenômeno recente nem se restringe à dimensão econômica; expressa-se também na concentração fundiária, nas assimetrias de acesso à educação, na segmentação do mercado de trabalho e nas profundas disparidades regionais.

Dados oficiais mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados na Síntese de Indicadores Sociais, mostram que a pobreza no Brasil registrou queda significativa entre 2023 e

2024. Segundo a metodologia do Banco Mundial (linha de renda de até US\$ 6,85 por dia, aproximadamente R\$ 694 por mês em valores corrigidos), a proporção da população vivendo em pobreza caiu de 27,3% em 2023 para 23,1% em 2024, o que representa 8,6 milhões de pessoas que deixaram essa condição em apenas um ano, o menor nível desde o início da série histórica em 2012.

Paralelamente, a extrema pobreza (linha de até US\$ 2,15 por dia) também recuou, com cerca de 1,9 milhão de pessoas saindo dessa condição, reduzindo o percentual de 4,4% para 3,5% da população.

Esses números apontam que políticas públicas, programas sociais e o desempenho do mercado de trabalho têm impacto direto na redução de vulnerabilidades imediatas não apenas em termos monetários, mas também em termos de acesso a condições mínimas de bem-estar. Ainda assim, a persistência de níveis elevados de pobreza, mesmo após a recente queda, indica que a estrutura social brasileira continua marcada por desigualdades profundas.

Cidadania Formal e Cidadania Substantiva e a dimensão simbólica da pobreza

A Constituição de 1988 representou marco decisivo ao ampliar direitos civis, políticos e sociais. Saúde, educação e assistência social passaram a ser garantias universais. Entretanto, a universalidade normativa convive com desigualdades materiais que limitam a efetividade desses direitos. O acesso ao Sistema Único de Saúde

(SUS) é formalmente garantido a todos, mas a qualidade do atendimento varia conforme região, infraestrutura e disponibilidade de profissionais. O mesmo ocorre com a educação pública, cuja heterogeneidade compromete a igualdade de oportunidades no ingresso ao mercado de trabalho.

Essa distância entre igualdade formal e igualdade substantiva é central para compreender os limites da cidadania brasileira. Direitos não operam apenas como normas jurídicas; dependem de condições materiais que permitam sua concretização. Quando a origem social determina, em grande medida, os percursos educacionais e ocupacionais, a promessa de igualdade perde densidade prática.

Além disso, é importante lembrar que a pobreza não é apenas condição material, mas também uma categoria simbólica. O imaginário social frequentemente associa o pobre à incapacidade, à dependência ou à vulnerabilidade permanente. Essa representação contribui para reforçar hierarquias e legitimar desigualdades. A estigmatização produz efeitos concretos no cotidiano, seja na forma de discriminação no mercado de trabalho, seja na seletividade de políticas públicas ou no tratamento desigual em instituições formais. A cidadania passa a ser reconhecida de maneira diferenciada, conforme padrões implícitos de comportamento e produtividade.

É importante, contudo, reconhecer que a sociedade brasileira também desenvolveu mecanismos de solidariedade e inclusão, como exemplos, a ampliação do debate público sobre desigualdade, a valorização de políticas de inclusão educacional

indica mudanças relevantes no plano cultural e político.

O desenvolvimento brasileiro ocorreu sob lógica de capitalismo periférico, caracterizado por modernização econômica combinada com manutenção de desigualdades estruturais. O crescimento econômico, em diferentes períodos históricos, permitiu a ampliação do consumo e a redução da pobreza extrema, mas não eliminou as bases da concentração de renda.

A integração social promovida pelo trabalho formal e pelas políticas públicas ampliou o acesso a direitos, porém de forma segmentada. A vulnerabilidade ocupacional, especialmente em momentos de crise econômica, evidencia a fragilidade da proteção social para parcelas expressivas da população. Nesse contexto, a pobreza não é fenômeno marginal, mas componente estrutural de um modelo de desenvolvimento que combina expansão e exclusão.

Desafios e Caminhos para a Superação

A superação da pobreza exige mais do que políticas compensatórias, ainda que estas desempenhem papel fundamental na mitigação de vulnerabilidades imediatas. É necessário avançar em reformas estruturais que ampliem a progressividade tributária, fortaleçam a educação pública e promovam maior formalização do trabalho. A cidadania plena pressupõe condições materiais mínimas que garantam participação efetiva na vida econômica e política. Em termos prático, isso implica em reduzir desigualdades territoriais, ampliar

investimentos em infraestrutura social e promover políticas de desenvolvimento regional.

O enfrentamento da pobreza também demanda mudança cultural que reforce o reconhecimento da igualdade como princípio orientador da vida social. A consolidação de uma cidadania substantiva depende tanto de reformas institucionais quanto de transformações nas representações sociais sobre desigualdade.

Conclusão

A pobreza no Brasil não é resultado exclusivo de trajetórias individuais, mas expressão de uma estrutura social historicamente desigual. Embora o país tenha avançado na ampliação de direitos e na redução de vulnerabilidades extremas, inclusive com indicadores recentes de queda significativa na pobreza, persistem barreiras estruturais que limitam a efetividade da cidadania. A igualdade formal estabelecida na legislação representa conquista importante, mas insuficiente. A construção de uma cidadania substantiva requer, por exemplo, a formulação de políticas públicas consistentes, bem como a transformação institucional e o compromisso social para a redução das desigualdades.

Enfrentar a pobreza não significa apenas integrar indivíduos a uma ordem social preexistente, mas aperfeiçoar essa ordem para que ela se torne efetivamente inclusiva. A cidadania plena depende da consolidação de condições materiais e simbólicas que garantam igualdade de oportunidades e reconhecimento

social. O desafio brasileiro é transformar direitos proclamados em direitos vividos alcançando não apenas a redução de números, mas a reconfiguração das condições sociais que produzem a pobreza.



Andreson Borges

Cientista Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Professor de Sociologia e Educador Social. Atualmente é Assistente de Pesquisa na área de Estudos e Pesquisas da Fundação Juntos Podemos.